

**Universidade de São Paulo**  
**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**  
**Departamento de História**

**Memorial**  
**para o concurso de ingresso em História Ibérica**

**Prof. Dr. Lincoln Secco**

**São Paulo**

**2004**

## Sumário

Introdução.....	3
Dados Pessoais.....	5
Formação Secundária (Os Anos 80).....	8
Universidade de São Paulo. As Primeiras Letras (1987-1989).....	12
Graduação em História (1990-1993).....	15
Mestrado (1994-1998).....	23
O Doutorado (1998-2003).....	26
Atividades Profissionais e de Extensão (1991-2003).....	36
Docência na Universidade de São Paulo (2003).....	42

## Introdução

*“Todo colapso traz consigo desordens intelectuais e morais. É necessário criar gente sóbria, paciente, que não se desespera diante dos piores horrores e nem se exalta por qualquer ninharia. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (Gramsci)<sup>1</sup>.*

A biografia é um gênero da História. Embora exercitada muito comumente por jornalistas, quando feita por historiadores ela precisa ter seus procedimentos, suas fontes, seu método. Mas a autobiografia intelectual é muito mais complexa. Ela constrange o historiador, especialmente o acadêmico, que se apavora com a perspectiva de ter que escrever em primeira pessoa. Além disso, ela precisa unir três ordens, três fatores: a vida pessoal, a trajetória intelectual e a conjuntura vivenciada numa perspectiva geracional.

A esfera pessoal é imprescindível porque nós não somos nunca meras personificações de correntes impessoais da história. Relacionar isto com uma conjuntura também traz limites, pois uma vida adulta, cuja duração é limitada num tempo quase insignificante em termos históricos, deve tudo a correntes sociais e políticas que não apenas interferem no cotidiano, mas na nossa percepção das coisas. Por fim, por mais que cultuemos o ideal weberiano da neutralidade axiológica em nosso trabalho acadêmico, nossas opções

---

<sup>1</sup> Antonio Gramsci. *Quaderni Del Carcere*. Torino: Einaudi, 1977, V. I., p. 75.

intelectuais não estão separadas de nossas opções de vida. Daí a necessidade de relatar aquilo que moldou as atitudes fora da universidade. Incluindo a política. Só assim podemos alertar acerca de nossos pontos de partida que são ideológicos e dos quais tentamos fugir ao máximo, para chegar à esfera da “ciência”.

Seguindo essas três ordens de fatores, passarei a relatar brevemente as minhas escolhas pessoais e acadêmicas.

## Dados Pessoais<sup>2</sup>

Eu sou um filho da escola pública. Embora tenha nascido no Cambuci, eu sempre vivi nas ruas velhas da Penha. Um bairro que sempre se orgulhou de uma história de mais de três séculos. Com sua ermida, levantada em 1682, dominando a paisagem no alto de uma colina. O Largo do Rosário, com sua capela de 1802. E os arredores que começaram a se formar por volta de 1919, como o Cangaíba e a várzea do atual Parque Ecológico do Tietê<sup>3</sup>. A Colina da Penha, ainda que tomada por edificações, guarda uma certa beleza facilitada pela quase ausência de prédios muito altos. No relato de Paulo Duarte sobre a Revolução de 1924<sup>4</sup>, é possível vislumbrar o que a minha região foi: uma verdejante e suave elevação.

Evidentemente a “base institucional” de minha prematura curiosidade intelectual eram as jóias culturais da Penha: o Teatro Martins Pena e a Biblioteca Guilherme de Almeida. Lá travei contato com os autores de livros infanto-juvenis, como Odete de Barros Mott e li livrinhos como *Mistério do Botão Negro* e *Histórias da Baratinha*. Quando ainda era aluno da escola

---

<sup>2</sup> Este memorial, salvo nova editoração e encadernação, é o mesmo que serviu para o concurso de ingresso definitivo na FFLCH-USP. Esta versão destina-se à Biblioteca “Florestan Fernandes”. Infelizmente, não pude recuperar a súmula curricular original, por isso ele é apresentado sem a mesma.

<sup>3</sup> Local onde está se construindo o novo campus da USP.

<sup>4</sup> Paulo Duarte. *Agora nós*. São Paulo: s/ed, 1927. O trem do governador Carlos de Campos ficou estacionado na Estação Guaiaúna, na Penha, durante a Revolução.

primária conheci as Edições de Ouro. Esta editora fazia promoções nas escolas. E foi assim, a partir dos meus nove anos de idade, que passei pelos clássicos de bolso que ela oferecia. Eu adorava ler os catálogos no final dos livros e imaginar o que poderia comprar. Como meu pai também gostava de ler, eu não hesitava em pedir dinheiro para ir até a Rua Penha de França, onde havia uma livraria das Edições de Ouro.

Quando comecei a ir até o centro velho de São Paulo, meus horizontes literários e “geográficos” se ampliaram. Depois que minha mãe deixou que eu fosse sozinho para a cidade passei muitas tardes dos meus 13-14 anos nos sebos. Também era sócio do Círculo do Livro: recebia a cada três meses aquelas obras de capa dura. Depois aderi ao Clube do Livro. Data daí, a formação de minha pequena biblioteca. Comecei comprando Aldous Huxley e George Orwell.

Eu estudei no quase centenário Ginásio Santos Dumont. Uma escola bonita que (diziam) serviu de quartel durante a Revolução de 1932. Por causa disso, todos os alunos éramos obrigados a celebrar os fastos de 1932, muito antes do Nove de Julho ter se tornado feriado oficial. Por conselho dos professores, íamos à Biblioteca Municipal Guilherme de Almeida, onde fazíamos pesquisas sobre a “geografia” da Revolução: Itararé, Buri, Cruzeiro.

A Semana da comemoração, sempre no fim do segundo bimestre, era especial. 23 de Maio, MMDC... “Bandeira da Minha terra, bandeira das treze listras...” Personalidades falavam do orgulho de ser penhense, como Julinho Botelho, jogador da Seleção Brasileira na Copa de 58. E depois, dizíamos a poesia de Guilherme de Almeida antes de cantar o Hino Nacional. Era o jogral. Essa celebração me marcou muito porque foi meu primeiro contato com uma história viva que só mais tarde eu aprenderia a questionar.

## **Formação Secundária (Os Anos 80)**

Quando em 1983 eu fiz o chamado “vestibulinho” para ingressar no Colégio Estadual Nossa Senhora da Penha, a escola pública já era decadente. Por isto, o ensino era bastante irregular. Eu ainda contava com alguns bons professores. E tive a sorte de encontrar esse momento de transição da ditadura à chamada “Nova República” no qual o ensino de História havia retornado às escolas e muitos professores rejeitavam os livros de Educação Moral e Cívica e os substituíam por verdadeiros clássicos. Leo Huberman (*História da Riqueza do Homem*) era o livro texto do primeiro e segundo anos e Caio Prado Jr. (*História Econômica do Brasil*) no terceiro ano. Depois, quando dei aula nos anos 90, só se usavam livros didáticos com novas orientações pedagógicas.

O que moldou minha trajetória de vida, entretanto, não foi só a escola, mas a situação política do país. No Colégio eu tinha um professor de matemática (Eupídio) que além de ensinar muita geometria analítica, parava as aulas para falar de política, luta de classes, imperialismo. Era o ano de 1984 quando explodiu um verdadeiro movimento de massas no Brasil, a campanha das “Diretas Já”. Paralelamente, despertavam todas as iniciativas que haviam sido represadas pelo Regime Militar. Lula, Brizola, Ulisses Guimarães (a Fênix



sempre renascida, como se dizia dele) eram apresentados pelo locutor esportivo Osmar Santos. Eram tempos radicais, pois lembro, pouco depois, do próprio Ulysses chamando de “facínoras” os militares que mataram Rubens Paiva! E ouvíamos a cantora Fafá de Belém entoar o Hino Nacional. Comprávamos todos os jornais: a *Folha de São Paulo*, que saía com uma tarja amarela em defesa das Eleições Diretas; o *Planeta Diário* e o *Pasquim*, por causa do humour exacerbado; os jornais esquerdistas como a *Tribuna Operária*, *Jornal do Trabalhador* e o *Em Tempo* já podiam ser vistos nas bancas. No meio da Praça da Sé, nascia até mesmo um novo jornal diário de esquerda (Jornal da República). Mas de toda maneira ele não se manteve. E todos gostávamos do Henfil.

Nossa geração foi marcada pela ascensão de um irrefreável movimento que vinha do ABC paulista. O Novo Sindicalismo, as Comissões Eclesiais de Base da Igreja Católica e a relativa liberdade reconquistada pelos grupos de esquerda davam um ar de democracia radical. Voltava-se a se falar de revolução. Partidos e tendências internos da esquerda falavam de novo a linguagem revolucionária. E eu reconheci o tema de minhas pesquisas.

Mas no calor da hora, preferia mais fazer uma revolução a estudá-la. Eu me fiz militante num comício na Praça da Sé. Ingressei por pouco tempo no Partido Comunista Brasileiro aos 15 anos incompletos, achando que ele ainda pregava

a ruptura com a Ordem. Conhecia pouca teoria. Só havia lido *O Manifesto Comunista*, de Marx e Engels. Esse livro abriu um continente para mim. Certo, eu já o procurava antes de conhecê-lo. Gostava muito de ler enciclopédias e, numa delas, lera sobre a vida e a obra de Karl Marx. E uma expressão me chamou a atenção. Penso que era mais ou menos assim: “O mal do mundo reside na má distribuição de riquezas”. Aquela frase sobre Marx me acendeu uma chama. Pedi ao meu irmão que procurasse para mim o tal *Manifesto Comunista*. Como ele trabalhava no Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), na Cidade Universitária, como técnico químico, já vivia num ambiente de agitação sindical do funcionalismo público. Eram os primeiros anos depois da Anistia. Um amigo dele, dirigente da Associação dos Funcionários, emprestou-me o *Manifesto*. Era um livrinho de capa branca. Pequeno.

Meu contato com militantes mais experientes me levou à leitura de Lênin, Gramsci, Togliatti. Eu entendia muito pouco do que lia. O que me entusiasmava mesmo eram os textos de Florestan Fernandes. Minha ida aos comícios era acompanhada sempre da leitura dos seus artigos. Eram textos de grande audácia e que incendiavam os corações e as mentes de muitos jovens. Florestan marcou minha vida de maneira indelével. Por causa de seus artigos me tornei militante socialista, ingressei no PT e trabalhei nas suas campanhas

e no círculo político de apoio ao seu mandato parlamentar. Ele tinha escrito nesta época um livro chamado *O que é revolução*. Nunca vira livro mais audaz. Anos depois, quando vi Florestan de perto e trabalhei em suas campanhas eleitorais pude perceber que ele tinha mais do que coragem. Florestan era um missionário que encarava suas campanhas como uma pregação cívica.

Aquele livro de Florestan fazia parte, obviamente, da coleção que fazia nossa cabeça: “Primeiros Passos”. O volume de Marilena Chauí, *O que é ideologia*, foi um *best seller*. Títulos como *O que é comunismo*, *O Que é Trotskismo*, *O que é anarquismo* e *O que é liberdade* (Caio Prado Jr.) nos empregavam. Havia outras coleções como Tudo é História, Caprichos e Relachos (acho que este era o nome) e outra que começava sempre com a expressão: “A questão da...” (por exemplo “A questão da USP”, de Florestan Fernandes). Descobríamos a poesia de Paulo Leminski ao mesmo tempo em que líamos autores tão diversos como Fernando Gabeira, Inácio de Loyola Brandão e Ruben Fonseca porque tinham sido proibidos pela Ditadura Militar.

## **Universidade de São Paulo. As Primeiras Letras (1987-1989)**

Em 1987 ingressei na Universidade de São Paulo (USP). Escolhi a carreira das Letras Clássicas e Vernáculas. Poderia dizer, hoje, que foi um erro. Que não era uma opção condizente com minha militância. Mas seria um anacronismo, pois minhas inclinações políticas não eram mais fortes do que meu gosto pela literatura, especialmente pela poesia que conforta os dramas íntimos da adolescência. Creio que isso foi muito importante para que eu não confundisse a universidade com minha prática política. O ingresso na USP afastou-me paulatinamente da militância partidária. Ela se reduziu à participação em grupos de estudos e na discussão e elaboração de teses para encontros municipais e congressos. Nos anos 90 tornei-me colaborador assíduo da página cultural do Boletim do Diretório Regional de São Paulo do PT (*Linha Direta*) e, eventualmente, de pequenos jornais das tendências e da Revista *Teoria e Debate*. Mas isso foi só depois de minha formação universitária.

Na USP tudo foi diferente. Um mundo se me revelou. E com ele Otto Maria Carpeaux, cujo método dialético e idealista, me animava. E também outros autores como Augusto Meyer, Alvaro Lins, Mario de Andrade... Como ingressei no curso de Letras, minha atenção foi “desviada” para a poesia.

Adolescente eu já era um apaixonado por Dante (até fiz um curso sobre ele com o Professor Carmelo Distante), por outros clássicos e por Álvares de Azevedo, mas nas salas das velhas colméias da USP (porque em 1987 o curso ainda era dado ali nos desvãos do Conjunto residencial dos estudantes, o Crusp), eu tentei aprender a ler Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade. E depois: Guimarães Rosa.

Meu professor Davi Arrigucci Jr. foi o mestre de todas as leituras por dois anos. Ele começava as aulas lembrando-nos dos sentidos atribuídos pelos dicionários (os significados lexicais são o início de tudo, dizia – desde então tenho paixão por dicionários). E nos conduzia (alunos incautos, como eu, que só tinha 17 anos) às profundezas do ritmo, dos significados ocultos, das referências culturais... E, de repente, para ler “O cacto” de Manuel Bandeira nos víamos num Canto da *Divina Comédia*, contemplando Ugolino a roer o crânio de seu desafeto, limpando o sangue de sua boca na cabeleira dele. E, depois, mais que a dor pode o jejum (teria Ugolino devorado seus filhos?). Bandeira nos diz: “Ugolino e os filhos esfaimados”.

O Professor Davi Arrigucci Jr. encantava ao falar. Recordo vivamente o espanto de sua primeira aula gravado no rosto dos meus colegas de Faculdade. “O romance moderno representa o herói solitário em busca de valores

autênticos num mundo desgarrado”. Essas palavras ainda ressoam nos meus ouvidos.

As disciplinas cursadas junto às Letras me ensinaram o rigor que se espera de um acadêmico. Minha forma de ler se alterou. Por exemplo, a professora Marleine Paula nos mandava ler *Dom Casmurro*, mas para identificar todas as orações parentéticas da obra. Elas são importantes, porque apresentam nítido recorte novelesco. Nas aulas da professora Flávia Carone, nós sofríamos com a análise morfossintática.

Estudei literatura portuguesa (I e II) e escrevi trabalhos sobre as barcas de Gil Vicente e aprendi a ler Camões, Padre Manuel Bernardes, Antero de Quental, Cesário Verde, Florbela Espanca e o menos conhecido Manuel Laranjeira, sobre quem eu escrevi um artigo numa revista estudantil. Fiquei impressionado com a capacidade deste poeta encarnar um momento delicado da História de Portugal: a crise terminal da Monarquia. Ele deixou um diário e uma correspondência com seu amigo Miguel de Unamuno. Mas quando escrevi isto já estava no curso de História e me senti retornando ao leito principal de um rio. É que em três anos eu me considerava diante de um abismo. Não podia prosseguir estudos que me agradavam muito, mas que fugiam àquele sentido que eu acreditava ter encontrado na minha militância

política. Queria fazer história, nas ruas e nas aulas sem ainda perceber o *gap* inevitável que existe entre saber e fazer, entre teoria e prática.

## **Graduação em História (1990-1993)**

Inicialmente, eu me senti perdido. Porque ao contrário de muitos colegas, eu carregava o peso de um curso interrompido. Foi ali que resolvi abandonar os estudos literários, embora ressonâncias deles me ajudem até hoje. A necessidade de tentar ler um livro por inteiro e a organização de partes e capítulos na minha tese obedeceram à minha experiência no Curso de Letras. A forma da leitura acadêmica, sempre plena de consultas a várias fontes, além da estrutura dos cursos (com leituras de capítulos de muitos livros), fragmenta o ato de ler. É diferente da leitura de um romance. Ele é condição prévia para um curso de Teoria Literária, por exemplo. Embora também lá fizéssemos leituras teóricas fragmentadas.

Estudar História foi um aprendizado para sempre: eu podia conciliar o irreconciliável, a revolução e a tradição, submetendo aquela a um projeto consistente de estudo fundamentado num conjunto de obras que só a Universidade Pública poderia ter me oferecido. E de novo pensei em Florestan Fernandes. Fiz meu curso ainda sob sua influência. Seu exemplo era bastante evidente. Ele tinha sido um professor catedrático muito antes de se fazer um publicista engajado. E como ele nos disse inúmeras vezes, sua ruptura tinha



sido forjada pela Ditadura Militar que, ao cassar muitos professores, quebrou uma tradição e uma linhagem de importantes estudos sociológicos no Brasil. E fez-se um hiato, um estrago irreparável. Lendo os artigos de Florestan, compreendi que essa dialética entre tradição e inovação teria que ser incorporada ao meu estudo da crise revolucionária. De certa forma, Florestan me forneceu o método e até o tema de minhas futuras pesquisas.

Eu me lembro que o acompanhava em seus debates pelos arredores de São Paulo, sempre ao lado de Paulo Henrique Martinez. Eu ajudava a vender os livros junto com Paulo Henrique Martinez que era seu assessor. Uma vez, quando voltávamos de Guarulhos, eu disse que estava formando um grupo de leitura de *O Capital*. Florestan disse para que procurasse Paul Singer, que era quem melhor havia lido aquela obra. E assim, o Professor Paul Singer se tornou um apoiador do nosso Núcleo de Estudos de *O Capital*. Aproveitei para fazer seus cursos de pós-graduação na Faculdade de Economia e Administração (FEA) e melhorar meu escasso conhecimento de economia política. Isso tinha um sentido: julgando-me marxista, eu desejava começar pela base material e, assim, estudar não as revoluções como eventos políticos, mas como partes de crises econômicas. Certamente, o próprio Marx, em suas avaliações acerca da Primavera dos Povos (1848) dizia que uma nova revolução só surgiria de uma nova crise econômica, como aquela de 1847. E

como se seguiu quase um quarto de século de *boom* da economia europeia, a revolução não veio.

Foi por isso que de minha leitura de *O Capital* desdobraram-se alguns artigos sobre o conceito de crise econômica em Marx e outros sobre a teoria do valor-trabalho. Um dos artigos, “O Conceito de Crise Econômica em Marx”, publicado na revista *Universidade e Sociedade*, tratava do percurso teórico e conceitual da crise, desde seu tratamento como potencialidade imanente à própria dinâmica da circulação simples de mercadorias até os famosos esquemas de reprodução que tanta discussão geraram em autores como Lênin, Rosa Luxemburg, Hilferding, Grossmann etc. No próprio ato de venda e compra há uma dialética interna. O ato de vender é simultaneamente o de comprar, mas se por alguma causa externa “A” quer vender, mas “B” não compra, a crise resolve a contradição. Daí o meu interesse crescente pelo tema: a crise não é (embora também o seja) apenas uma catástrofe, ela é a *forma* pela qual se resolve uma contradição de modo a se restabelecerem as condições homeostáticas do sistema (a harmonia).

As crises também se vinculam às teorias dos ciclos, tão caras a Braudel. A história do capitalismo sempre foi marcada por crises periódicas. Essas crises aparecem nos finais de ciclos que duram entre sete e 11 anos, aproximadamente, e que variam de acordo com a época da história que

estudamos. Marx já tinha desenvolvido muito o estudo dos ciclos curtos, vinculado à sua teoria da acumulação. A tese mais difundida no século XIX, de Say, procurava a harmonia entre produção e demanda e não a crise. Mas ela acontecia e se fez devastadora em 1929.

Quando se acendeu o debate sobre as crises no início do século XX, muitos argumentaram que o capitalismo estava fadado ao fim por uma crise de subconsumo. A saída imediata seria o imperialismo e o colonialismo. Mas outros argumentaram que a demanda intersetorial entre os diferentes ramos da produção capitalista permitia a continuidade da reprodução ampliada de capital. Da mesma forma pensei que a própria revolução podia ser funcional para o capital em escala nacional na medida em que ela solucionava uma crise de inserção de países periféricos na produção industrial, segundo a fórmula de Robert Kurz: a modernização recuperadora. Daí a sedução que o seu livro *O Colapso da Modernização* exerceu sobre muitos estudantes de minha época. Era o ano de 1992 e eu tive a oportunidade de apresentar um trabalho crítico sobre Kurz no congresso da Anpuh, que se realizou na USP, numa mesa coordenada por Jacob Gorender. Depois o texto foi inserido numa coletânea organizada pelos Professores Ilana Blaj e John Monteiro. Todavia, a partir daí eu abandonei a idéia de escrever um texto teórico de mais fôlego sobre as crises.

Toda essa discussão me dava grande aparato conceitual especialmente para discutir a metodologia e a teoria da história. Lia avidamente Althusser. E historiadores como Hobsbawm, E. P. Thompson, Perry Anderson (desses dois últimos eu lia os textos mais teóricos, como *O Marxismo Ocidental* e a *Miséria da Teoria*). Mas eu me ressentia de embasamento empírico. Queria ser historiador. E já sabia que sofria de um certo determinismo que via nas crises apenas epifenômenos de alguma estrutura econômica, sem compreender bem o processo histórico. Julgava-me ainda sem grande conhecimento teórico e esses estudos adiavam minha formação plena como historiador. Felizmente, nunca deixei as aulas no curso de História. Nem pela militância política. Como já tinha um histórico de atuação partidária, não queria me envolver no movimento estudantil. Assim, me dediquei apenas ao curso.

Foi na disciplina “História do Brasil Colônia”, ministrada pela Professora Ilana Blaj, que escrevi o meu primeiro trabalho que julguei relevante sobre um tema histórico concreto. Felizmente, eu guardei o trabalho com bastante cuidado, especialmente por causa dos comentários da professora Ilana. Tratava-se de um estudo sobre a Revolução de Avis.

Ao escrever aquele trabalho, eu me vi na contingência de estudar um pouco da geografia ibérica, o que depois me foi útil na minha tese de doutoramento. Recordava que o cerne da organização nacional fora o comércio e a ocupação

litorânea, onde logo se formou um grupo mercantil responsável pelo desenvolvimento incipiente das atividades comerciais e das técnicas de navegação. Pela precocidade dessa formação e pela destacada posição geográfica, a vocação dos portugueses foi inicialmente comercial. O grupo mercantil se agregou em cidades como o Porto e Lisboa, criando conflitos permanentes com a aristocracia feudal. No Porto, cidade de Caminha (o nosso Pero Vaz), a burguesia comerciante entrava em choque com os sucessivos prelados de nomeação papal, alcançando, em virtude de muitas lutas, relativa autonomia, conferida por Dom Diniz.

A geografia estava em toda a parte. Neste meu trabalho de curso, usei bastante o livro de Borges Coelho sobre a revolução de Avis. Assim, pude situar no espaço as dissensões políticas, afinal, durante os anos da Revolução, as cidades do norte (onde as terras fragmentadas dos fidalgos eram mais valiosas e objeto mais desejado para a expropriação) colocaram-se ao lado de Castela □ a exceção foi o Porto! <sup>5</sup> Eis a primeira manifestação desse norte sempre conservador, cujas características de geografia humana e alimentar o diferenciam do sul. Fato que eu voltaria a ver nas revoltas contra a República na década de 1910 e na resistência conservadora à Revolução dos Cravos em 1975. Entretanto, no norte colocaram-se a favor da revolução de Avis as

---

<sup>5</sup> Cf. Antonio Borges Coelho. *A Revolução de 1383*; 4ªed. Lisboa, ed. Caminho, 1981.

idades de importância marítimo-fluvial (Porto, já citada, Coimbra, Guarda, Lamego).

Neste trabalho fiz uma primeira tentativa de relacionar fenômenos da geografia, da economia com o comportamento político das classes sociais, porque nessa região, era mais feroz a oposição entre a burguesia comercial e a oligarquia agrária, e os interesses mercantis se ligavam a Lisboa, onde os senhores já tinham se “mercantilizado”. Daí a exceção que era o Porto. No sul predominavam, evidentemente, os “revolucionários” (Beja, Évora, Setúbal etc)<sup>6</sup>.

Meu segundo trabalho para a professora Ilana foi sobre a singularidade da Carta de Caminha no conjunto da literatura de viagem. Aproveitando minha formação no curso de Letras, procurei na Carta as referências estilísticas, a polissemia de alguns vocábulos e seus significados de época. Lembro da professora Ilana me dizendo: nós historiadores devemos procurar o universal dentro do singular. E me mandou ler Lukács. Devo dizer que dois livros me prenderam muito mais a atenção na época: o já citado de Borges Coelho sobre a Revolução de Avis, e o de Antônio Sérgio (*História de Portugal*). Portugal foi na minha cabeça de estudante ainda imaturo a minha primeira Revolução. Eu não sabia, entretanto, que viria a estudar uma outra muito diferente,

---

<sup>6</sup> Veja-se, a este respeito, criterioso mapa da Revolução, in: Jaime Cortezão. *Os fatores democráticos na formação de Portugal*; 2ªed. Lisboa, Portugal, 1966, pp.101-158.

embora no mesmo espaço geográfico. Aquela que pôs fim ao Império Colonial.

Os trabalhos que fiz para a professora Ilana Blaj me fizeram acreditar que poderia, de fato, me tornar um historiador. No curso de História na USP eu aprendi também a fazer leituras independentes. Porque nele ingressei desejando me opor àquilo que os marxistas consideravam uma história fragmentada, descomprometida. Logo, participei de um grupo de leitura de Marx com alguns amigos do curso: Ana Lúcia Sanches, a minha cara Marianne Reisewitz, Thomas Wisiak, Marcos Delgado, Sandro Wanbier, Marcelo Feitosa e Luís Franco. Fiz também um curso de História Contemporânea com o professor Istvan Jancsó muito diferente dos quais eu estava acostumado a assistir. Consistiu inteiramente na leitura minuciosa de *O Dezoito Brumário*, de Marx. Paralelamente liamos Tocqueville. Logo depois, junto com dois colegas de curso (Paulo Iumatti e Rafael Marquese), criei um grupo de leitura de *O Capital*, ao qual já fiz referência. Nossas reuniões eram no Escritório Político de Florestan Fernandes, lá na Rua Santo Antônio, no Bixiga e delas também faziam parte alguns militantes e sindicalistas. Depois, o núcleo se juntou definitivamente ao PT e agregou um grupo coordenado por Ciro Yoshiyasse com alunos da Faculdade de Tecnologia e das Ciências Sociais da USP, que me garantiram sempre um diálogo interdisciplinar.

## **Mestrado (1994-1998)**

O passo seguinte parecia óbvio para mim, eu deveria prosseguir meu percurso de aprendizado teórico atingindo a esfera da política. Não ainda a da História Política. A crise revolucionária deveria ser entendida num contexto mais amplo, de forma holística. Como Marx e Engels nunca desenvolveram uma teoria política de forma sistemática (ao contrário, seus escritos de juventude tangenciam mais a crítica da política), busquei em Antonio Gramsci o novo amparo intelectual para prosseguir. A minha dissertação “A Recepção das Idéias de Gramsci no Brasil” foi financiada pelo CNPq e orientada pelo Professor Osvaldo Coggiola.

Minha dissertação tinha uma introdução teórico-metodológica bastante desenvolvida. Como li e escrevi muito sobre o pensamento gramsciano, acabei publicando vários artigos sobre temas de seu pensamento que me pareciam condição prévia para aprofundar o processo de recepção de suas idéias entre nós. Estudei sua relação com Max Weber, o tema do americanismo e do fordismo, a História política italiana desde o *Risorgimento*, os conceitos de sociedade civil, bloco histórico, catarse, hegemonia etc. Os estudos sobre a recepção das idéias de Gramsci ainda são muito recentes. Na Europa, há



trabalhos a este respeito principalmente na França, Itália e Espanha. Em Portugal ainda falta (até onde sei) uma pesquisa sobre as traduções de textos gramscianos antes da Revolução de 1974 e sobre a edição de artigos de juventude de Gramsci depois daquela revolução.

Nos anos 90, Gramsci se tornou moda nos debates internos do PT e já era um pensador mais discutido em algumas universidades, mas ainda muito pouco na USP. Florestan Fernandes, mesmo admirando Gramsci, não gostava dessas modas que ele dizia serem importações passageiras. Mas Gramsci me permitia pela primeira vez acertar meu passo com a História sem perder de vista o estudo da teoria marxista. Ele podia ser um objeto de uma história das idéias no Brasil (aproximando-me de uma formação social concreta) e um método. Sua leitura da crise era mais pertinente para o historiador, pois estava ligada ao conceito de hegemonia. A crise de hegemonia assinalava a incapacidade de um grupo social continuar a exercer a direção intelectual e moral sobre os grupos subalternos. Instala-se, assim, o que Gramsci chama de corrupção-fraude ou mesmo uma ditadura aberta em lugar de um regime que conta com o consentimento dos dominados.

Muitos conceitos de Gramsci influenciaram a historiografia acerca da escravidão, como a de “consenso” através das obras de Genovese, a de “direção intelectual e moral” na obra de Ilmar Mattos sobre *O Tempo*

*Saquarema* ou a de “partido” na obra do Professor Istvan Jancso (*Na Bahia contra o império*). Há muitos outros exemplos que eu citei na minha dissertação de mestrado. Não pensava em publicá-la, como de fato não o fiz. Num seminário da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores conversei com o Professor Carlos Nelson Coutinho. Combinei de lhe mandar um exemplar da dissertação. Ele não concordou com tudo, mas gostou muito do trabalho, o que me animou a escrever uma versão resumida, publicada pela editora Cortez sob o título *Gramsci e o Brasil* (2002). Também me indicou para me tornar colaborador oficial do sítio da *internet* “Gramsci e o Brasil”, animado principalmente por Luiz Sergio Henriques, tradutor dos *Quaderni Del Carcere*.

## **O Doutorado (1998-2003)**

Ingressei no programa de doutorado em História Econômica em 1998. Finalmente, senti-me recompensado pela minha trajetória acadêmica. Dotado de uma formação que já julgava razoável, permiti-me chegar ao estudo de uma crise de uma formação social concreta e historicamente determinada. Mas a escolha não foi casual. No meio de minha pesquisa de mestrado, comecei a estudar a História de Portugal. É que pouco antes, Florestan havia reunido alguns artigos no livro *Democracia e Desenvolvimento*<sup>7</sup>. Analisando a natureza do capital oligopolista internacionalizado e as vias históricas (reformistas ou revolucionárias) de superação da dependência externa na periferia do sistema, Florestan se voltou para Cuba, Nicarágua e Portugal. Ele havia escrito artigos para o jornal *Portugal Democrático*, nos anos 60 e 70; havia citado a constituição portuguesa por ocasião dos debates da Assembléia Nacional Constituinte em 1988; e voltaria ao tema ao receber o título de Doutor Honoris Causa em Coimbra. Por causa desses artigos, eu me voltei para um projeto mais ambicioso que me ajudaria a concluir uma etapa longa de meu percurso acadêmico sem olvidar a influência que recebi do mestre Florestan. Em 1995, eu e meu amigo Carlos Santiago, do Instituto de Física da

---

<sup>7</sup> Florestan Fernandes. *Democracia e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 1994.

USP, organizamos um livro que juntava artigos e debates que havíamos feito no grupo de leitura de *O Capital*. O livro contou com a participação de Alberto Luiz da Rocha Barros, Paul Israel Singer e Jacob Gorender, entre outros. Gorender, é preciso dizer, tornou-se com o tempo um apoiador permanente de nosso núcleo e de minhas esperanças intelectuais.

Escrevi uma carta ao Florestan pedindo que ele escrevesse um prefácio. Depois de pouco tempo, recebi um envelope do seu Gabinete em Brasília com o texto. Era vibrante. Aquelas frases passaram a pesar sobre meus ombros como uma tarefa histórica. Afiadas, incisivas elas me comovem ainda hoje. O prefácio terminava assim:

*“Desejo aos jovens autores que continuem a se bater pelo essencial. Não existe outra razão para ser marxista. Continuo, como antes, atento às suas realizações e esperanças. O capitalismo não é eterno. Ele terá, por contradições insanáveis, mais cedo ou mais tarde, de sofrer a ação renovadora imposta pela civilização sem barbárie”*<sup>8</sup>.

A organização do livro não foi a melhor que poderíamos ter feito. Éramos jovens sem nenhuma experiência. De toda maneira, ele foi marcante em minha

---

<sup>8</sup> Florestan Fernandes. “Prefácio”, in: L. Secco e C. Santiago (Orgs). *Um olhar que persiste: ensaios críticos sobre o capitalismo e o socialismo*. São Paulo: Ed. Anita, 1997, p. 12.

trajetória. Mas antes que estivéssemos com todos os artigos reunidos, Florestan morreu. Acrescentei, então, mais um artigo de Jacob Gorender e outro de Antonio Candido em homenagem a ele. Eu também queria escrever alguma coisa. Mas hesitei. Depois da publicação do livro é que eu escrevi um artigo intitulado “Florestan Fernandes e a Revolução dos Cravos”, publicado numa coletânea organizada por Paulo Henrique Martinez e pela Editora Boitempo. No artigo, fiz um relato dos artigos de Florestan sobre a República Portuguesa, o caetanismo e a Revolução de 25 de abril de 1974. Este artigo serviu como ponto de partida para meu projeto de tese de doutorado. Comecei a levar a sério meus estudos portugueses.

Depois da morte de Florestan Fernandes, eu me juntei ao Paulo Henrique Martinez e a Bernardo Ricupero (hoje professores da Unesp e USP, respectivamente) no Centro de Documentação e Memória da Unesp. Leríamos a obra de Fernand Braudel. Eu não desejava completar uma etapa da minha formação acadêmica sem reencontrar a tradição da Universidade de São Paulo. Começamos pela leitura da tese do Professor Eduardo D’Oliveira França, *Portugal na época da restauração*, cujo estilo me encantou. Em seguida mergulhamos em *La Méditerranée* de Braudel. Voltei a me interessar pela geografia e descobri o quanto o diálogo entre historiadores e

geógrafos foi fecundo no passado, bastando pensar em Caio Prado Jr., por exemplo.

Posso afirmar com toda certeza que meu interesse nuclear nos estudos históricos foi sempre a mudança social (para falar como os sociólogos), fosse na forma da crise ou da revolução. Mas como entender a mudança sem a permanência? Já me incomodava a nova leva de livros sobre a Revolução Francesa e a Revolução Russa que esconjurava a revolução e a reduzia a uma derrapagem, a uma colina abrupta e irregular numa vasta e monótona planície. Isto passou já a me tocar a partir da queda do muro de Berlin e do fim do socialismo real. Escrevi, como já disse, artigos sobre Marx, sobre Gramsci, Revolução Chinesa, Sandinista e a Portuguesa. E quando iniciei a estudar a Revolução dos Cravos, me deparei com outra realidade que só a universidade poderia me despertar: as sobrevivências de longa duração por trás das revoluções. E descobri que o mudancismo social dos agentes da história recobre muito de reedição do velho, do antigo e tradicional. Essa descoberta veio com Fernand Braudel que, ao contrário do que muitos pensam, não é incompatível com o marxismo, embora ele mesmo não tenha sido nunca um marxista.

Com os meus colegas de leitura, comecei a observar que mesmo no campo da história política, tradicionalmente relegada a uma história *événementielle*,

encontram-se prisões de longa duração. Assim como no tempo geográfico encontramos eventos (o terremoto de Lisboa, por exemplo) ou uma conjuntura (a mudança climática da África sub-saariana a partir dos anos 1960) ou a longa duração, claro (o relevo da Espanha dominado em grande parte pela *meseta*). E na economia, que são as oscilações da bolsa senão eventos nervosos de uma história de acontecimentos? E não são os ciclos de Kondratiev realidades de maior duração? E os *trends* seculares? Gostaria de explicar um pouco como a leitura de Braudel reorientou minha tese.

Joaquim Barradas de Carvalho disse que “a história política ficou, entre outras razões, talvez sob a influência de uma teoria marxista mal compreendida, estreitamente ligada à curta duração. A história política era a história *événementielle* por excelência”<sup>9</sup>. E distante da história das idéias.

Existe um tempo para as idéias? Esta pergunta preocupou tanto historiadores quanto sociólogos. Sorokin demonstrou que há um atraso da cultura em relação às transformações materiais. Mas Fernand Braudel revelou que há tempos distintos mesmo dentro da “cultura”. Uma obra como *O Mediterrâneo* inicia-se com o mais longo dos tempos, o geográfico. Atinge, em seguida, um tempo de média duração, o das economias e civilizações, dos impérios e das sociedades, e encerra-se com a curta duração da vida política<sup>10</sup>. Mas Braudel

<sup>9</sup> Joaquim Barradas de Carvalho. *Portugal e as origens do pensamento moderno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981.

<sup>10</sup> Vide a esse respeito o estudo de: Carlos Antonio Aguirre Rojas. *La escuela de los annales*. Montevideo; Biblioteca de divulgación temática, 1999, pp.122-3.

soube usar as fontes mais tradicionais, as diplomáticas, para revelar os tempos de viagem, os ciclos da guerra, os humores do mar e do clima. A carta de um embaixador de Filipe II na Polônia pode revelar muito mais do que ela diz. E a diplomacia pode ensinar que a guerra respeita os caprichos sazonais da natureza: faz-se a guerra no verão. Concerta-se a paz no inverno<sup>11</sup>. Isso é uma constante que durou séculos. Talvez milênios. São esses ritmos infinitamente repetidos.

A história cultural poderia vincular-se à média duração. Um período cultural articulava, assim como os ciclos longos na economia, a história geográfica e a história política. Todavia dentro da própria história cultural podem conviver diferentes tempos históricos. A época das idéias socialistas marxistas (e que ainda nos atinge) teve seus eventos. Digamos, por exemplo, a publicação do *Manifesto Comunista*. A eleição de August Bebel. O Congresso de Gotha. A votação dos créditos de Guerra em 1914. E teve suas conjunturas, por exemplo, o marxismo da Segunda Internacional. Ou o marxismo ocidental se acompanharmos a conhecida opinião de Perry Anderson. E tem sua longa duração: o processo de recepção e enraizamento das idéias marxistas em bases sociais mais amplas (especialmente as bases dos partidos Social Democratas e comunistas). É essa duração que nos alcançou ainda ontem como pessoas

---

<sup>11</sup> Fernand Braudel. *La méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Librairie Armand Colin, 1949, p. 217. Primeira edição francesa.



comuns: o senso comum do ex-militante comunista, essa figura criada pelo século XX.

A tarefa que me propus foi a de identificar as formas pelas quais uma dada sociedade (ou alguns de seus grupos ou classes) procurou dar respostas aos problemas que julgava mais importantes nos períodos críticos da sua história; em seguida, objetivava a interação entre essas representações e a realidade vivenciada<sup>12</sup>. Por que partir de um momento crítico? Ele pode condensar toda uma história de longa duração caracterizada por tentativas de superação de uma crise histórica. O momento crítico pode ser tanto um ponto de chegada, quanto um ponto de partida. Nos dois picos o historiador poderá se colocar para observar a ampla depressão, um vale de extensão considerável. Exemplos: a França do século XIX, tomando como ponto de partida a crise do Antigo Regime e a Grande Revolução. Gramsci posicionou-se em 1871 para entender o 1789! Ou Portugal nos séculos XIX e XX, tomando como momento crítico o fim do Terceiro Império e a Revolução dos Cravos. Não se poderia fazer o mesmo com a Rússia escolhendo tanto o ano de 1917 quanto o ano de 1991? Enfim, trata-se de saber até que ponto a revalorização do que Vovelle chamou “acontecimento traumatismo”, pode ser feita com uma “metodologia de ponta”<sup>13</sup>.

<sup>12</sup> Cf. Pierre Rosanvallon. “Por uma história conceitual do político”, Revista Brasileira de História, vol.15, nº30. São Paulo, 1995, pp.9-22.

<sup>13</sup> Cf. Michel Vovelle. “A história e a longa duração”, in Le Goff, Jacques, *A história nova*, S. Paulo, Martins Fontes, 1995, p.85.

O ponto crítico só pode ser visto em sua plenitude de significado na longa duração, como síntese das contradições que acompanharam toda uma trajetória. Dessa forma, ao tempo quase imóvel da mentalidade dominante, reforçada por estruturas sociais recorrentes, superpõe-se uma conjuntura crítica, lentamente ritmada, onde as estruturas em crise reproduzem-se incorporando disfunções que levam ao paroxismo da Revolução (tempo curto). No caso russo, por exemplo, a *perestroika* é uma conjuntura crítica, não percebida em todas as suas implicações pelos agentes históricos da época. A Revolução que eu ia estudar, portanto, teria que encontrar suas razões na *longue durée*. Quando o mundo assistia aos efeitos da desagregação do Antigo Sistema Colonial (forma específica do Antigo Regime), Portugal perdeu sua principal colônia, o Brasil, o seu Império se fragilizou e a nação entrou numa fase de guerras liberais, que se iniciou com a Revolução do Porto em 1820 (liberal na metrópole, mas com intenções colonialistas para com o Brasil), e foi até a Regeneração (1851). O período posterior à Revolução do Porto ficou conhecido como Terceiro Império (1825-1975), e foi assinalado por uma crise histórica permanente e de longa duração, ou, para usar uma expressão de Braudel, uma *longa crise política*, que já se inicia no último quartel do século XVIII.

No plano cultural o império apresentava dinamismos próprios. Em verdade, ainda se discute muito se foi um império de prestígio, apesar dos recursos econômicos lá invertidos e realizados, ou se foi um típico imperialismo de cariz econômico, apesar de sua natureza periférica. J. Hammond apresentou evidências (concernentes ao século XIX) do quanto foi precário o controle exercido por Portugal nos seus supostos territórios de ultramar. Embora tenha crescido lentamente a presença portuguesa nas terras de África, a crise nunca cessou e ela assumiu uma expressão política e militar decisiva nos anos 1960. Os 15 anos que antecederam a Revolução de 25 de abril de 1974, revelaram um país cada vez mais “europeu” em seus fluxos econômicos e turísticos, servindo mesmo de intermediário nas inversões de capitais forâneos nos seus territórios coloniais. Esse desejo das elites políticas de “voltar” à Europa (e que acompanhou todo o Terceiro Império) passou a forçar a carapaça política imperial. E é no campo das ideologias que os homens adquirem consciência de suas tarefas históricas. Logo, os socialistas ou liberais (PS, PSD) venceram porque estavam de acordo com essas realidades inconscientes. Eles representaram o *bloco histórico*, como diria Gramsci, que conduziu o país a aceitar o que já era: não um império, mas um apêndice de uma outra *économie-monde*. A Europa. Ou da economia mundial. Durante a trajetória desse império crítico, representações inteiras de continentes se ergueram e se

desfizeram. Se a idéia de África, que no decorrer do século XIX, incorporou para alguns o mito do “novo Brasil”, reforçava a ideologia imperial, na segunda metade do século XX se torna cada vez mais um passado incômodo. Os olhos das elites políticas e culturais e das classes médias e altas se voltam para a Europa.

Essa foi, de certa forma, a minha tese, orientada pelo Professor Osvaldo Coggiola. Seu título é *A Crise do Terceiro Império Colonial Português. Economias, Espaços e Tomadas de Consciência (1961-1975)*. Não a teria escrito como a escrevi sem a ajuda preciosa de várias instituições. Eu nunca teria recursos para uma viagem à Europa. A Fapesp financiou o trabalho e a minha primeira viagem a Portugal, mas o parecerista foi de inegável auxílio na delimitação do objeto e no andamento de todo o projeto porque ele demonstrou ter conhecimento profundo da geografia econômica do país. O Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra, foi de inestimável importância na pesquisa, posto que guarda documentos e obras raras sobre a Revolução Portuguesa. Também o apoio institucional do Departamento de História da USP e da Cátedra Jaime Cortesão, através do empenho pessoal da minha Professora Vera Ferlini, foram vitais não só pelo diálogo acadêmico que propiciaram, bem como o uso dos livros e a viabilização de minha segunda viagem a Portugal. O Instituto Camões foi o patrocinador da viagem.

Falo dessas instituições e professores porque, de fato, aprendi o quanto esses apoios modificam para melhor um trabalho de doutoramento e o quanto seria difícil fazer tudo o que eu fiz sem o aporte de recursos que obtive. Vivenciar novamente as paisagens portuguesas foi um apoio para repensar muitos temas de minha tese.

## **Atividades Profissionais e de Extensão (1991-2003)**

Meu primeiro trabalho como aprendiz de historiador foi no Centro de Documentação Mário Pedrosa (CEMAP). Tratava-se da documentação de militantes políticos como Mário Pedrosa, Lívio Xavier e Fulvio Abramo, dentre outros. Em 1991, ganhei uma Bolsa Trabalho da Cordenadoria de Assistência Social da USP, sob a orientação das Professoras Raquel Glezer e Ana Maria Camargo. Classificava documentos e catalogava livros. Como nas horas vagas lia os jornais, descobri alguns artigos sobre Gramsci dos anos 30, 40 e 50 que estavam esquecidos. Também descobri a primeira notícia sobre Gramsci publicada no Brasil, num jornal paulistano, em língua italiana, de 1927! Mas esta última pesquisa eu a fiz no Arquivo Edgard Leuenroth, na UNICAMP. Quando minha bolsa terminou, Fulvio Abramo e Dainis Karepovs, que dirigiam o CEMAP, propuseram que eu continuasse trabalhando lá por mais algum tempo. Depois, a instituição saiu da USP e foi integrada ao Centro de Documentação e Memória da UNESP.

Desde esse meu primeiro trabalho remunerado na Academia, incorporei a idéia de me dedicar integralmente à leitura, à pesquisa e às atividades de extensão para as quais era chamado. Participei de alguns congressos acadêmicos, mas dediquei atenção especial a palestras em escolas e sindicatos.

Prestei assessoria técnica e científica para algumas editoras e escrevi artigos sobre questões que estavam apenas indiretamente vinculadas às minhas pesquisas. Um caso digno de nota diz respeito aos meus estudos sobre a História de São Paulo. Não sou especializado nela, embora já tenha uma boa biblioteca a respeito. Ocorre que ao trabalhar na Biblioteca do Professor Carone (voltarei depois a este assunto), encontrei farto material para pesquisa. E antes disso eu fui convidado para participar de um ou outro programa de rádio acerca de São Paulo. A partir daí os convites para ir a escolas públicas se sucederam e eu passei a assinar artigos em alguns jornais de bairro, especialmente nas zonas Leste e Oeste, além de escrever outros de mais fôlego para revistas acadêmicas. Essa atividade “pública” me ajudou de duas maneiras: a escrever de maneira menos prolixa (para jornais) e a ouvir e ler a recepção (ainda que mínima) do trabalho do historiador entre pessoas de fora de nossa área.

Já tinha algum contato com a escola pública porque fui professor de Segundo Grau na Escola Estadual de São Paulo, ali no Parque Dom Pedro. Dava as 25 aulas noturnas semanais para classes numerosas. Os conteúdos se voltavam mais para História do Brasil e História Contemporânea. Dessa experiência surgiu um projeto de escrever um livro paradidático de História da Revolução Chinesa, já que o tema era cobrado nos vestibulares, mas estava quase ausente

dos livros didáticos. Eu o escrevi juntamente com outro professor de Escola Pública e aluno da USP, José Rodrigues Mao Jr. O livro era dirigido às aulas de História e Geografia e foi publicado pela Editora Scipione. Como sempre me interessei por revoluções e gostei sempre de geografia, foi bom escrever aquele livro. Graças a ele, recebi muitos convites para palestras e entrevistas. Dei aula também (por pouco tempo) a crianças de quinta até a oitava série. Fora a alegria de brincar com alguns de meus alunos, mais aprendi do que ensinei.

Já depois de me tornar Mestre, comecei a trabalhar na Biblioteca do Professor Edgard Carone, graças ao convite da historiadora Marisa Midori Deaecto, que era por ele orientada. Carone era um bibliófilo. Tinha mais de 20 mil volumes sobre a República, legislação sindical, literatura operária e socialismo. Guardava documentos precisos das Internacionais Socialistas e cartas de intelectuais brasileiros. Além das suas famosas fichas de consulta. Carone foi gentil a ponto de nos contar histórias saborosas sobre os livros. Como os comprava. Seu ciúme deles era tanto que só aí eu entendi essa bibliofilia, ou bibliomania, como a chama Luciano Canfora<sup>14</sup>.

Eu nunca tive uma biblioteca daquele tipo. A minha é apenas uma Biblioteca de Trabalho, como a chamaria Rubens Borba de Moraes. E muito menor do que a do meu ex-orientador, Professor Osvaldo Coggiola, que também possui

---

<sup>14</sup> Luciano Canfora. *Libro e libertà*. Bari: Laterza, 1994.



uma coleção invejável. Mas devido ao meu interesse pelas revoluções em geral, comecei a comprar muitos livros sobre a Revolução dos Cravos (a qual eu estudei) e, especialmente, sobre a Revolução Francesa. Porque ao adquirir e organizar esses livros, aprendemos não só a conhecer a bibliografia clássica sobre temas, mas a desvendar as leituras de mais ou menos impacto e evitar anacronismos na apreciação historiográfica. Os autores mais lidos no tempo das luzes, v.gr., não foram os clássicos que hoje reconhecemos como inspiradores de Robespierre, Danton, Marat, Barnave, Carnot ou Brissot (Daniel Mornet o demonstrou em seu livro seminal: *As origens intelectuais da Revolução Francesa*).

Quando eu comprei a primeira edição da *Histoire Socialiste de la Revolution Française*, descobri algo que não imaginava<sup>15</sup>. Folheando, percebi a disposição dos cadernos e as ilustrações bastante populares. Fui pesquisar mais e vi que ela havia saído numa forma bastante popular: em fascículos (assim como a primeira edição francesa de *O Capital*, obra rara que o Professor Carone possuía). Isso muda a natureza da recepção e leitura da obra. Outro exemplo se refere a uma tradução espanhola da obra de Edgard Quinet. Neste caso, não se trata de uma edição na língua original (o que interessaria mais ao bibliófilo), mas o livro tem um encanto: foi publicado nos anos 1870

---

<sup>15</sup> Jean Jaurès. *Histoire Socialiste de la Révolution Française*. Paris: Jules Rouff, editada a partir de 1900. Há uma tradução feita na Argentina décadas depois.

em Barcelona<sup>16</sup>. Ora, compreende-se por que: era mais ou menos a época da efêmera Primeira República espanhola! É curioso que outro velho livro espanhol que tenho fale tanto do espectro da Revolução logo depois da queda da Rainha Isabel II<sup>17</sup>.

Um exemplo bastante ligado à minha tese foi a leitura do livro *Portugal e o Futuro*, do General Spínola. Quando o li confesso que me decepcionei um pouco. Era um livro-bomba. Antes de estudar a Crise do Terceiro Império Português, achava simplesmente que a obra havia provocado o 25 de abril de 1974. Seu conteúdo era tímido, todavia. Propunha um federalismo que foi rapidamente ultrapassado pelas forças políticas em jogo. Ele mesmo foi abandonado pela Revolução no famoso (em Portugal) dia 28 de setembro de 1974! Mas era importante entender a difusão do livro. Era escrito pelo Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, ex-governador colonialista da Guiné, homem de confiança do Primeiro-Ministro Marcello Caetano. Ora, esse livro vendeu milhares de exemplares e sua primeira edição esgotou-se em oito horas!

Esse aprendizado foi vital para que, ao escrever minha Tese de Doutorado, eu olhasse com mais vagar para os livros portugueses. Que idéias eles carregavam, que difusão eles tiveram? Também me ajudou a diversificar as

---

<sup>16</sup> Edgard Quinet. *La Revolucion*. Barcelona: Librería la Anticuaria, 1877, 2 volumes.

<sup>17</sup> Manuel Henao y Muñoz. *Los Borbones ante la Revolucion*. Madrid: R. Labajos, 1868, 2 volumes.

fontes de pesquisa. Assim, eu compulsei não só os jornais e revistas. Mas também os catálogos de selos, que interessam hoje não só ao filatelista, mas também ao historiador preocupado com as representações que as sociedades (ou melhor, os Estados) fazem de si mesmos. E os catálogos de livrarias postas a leilão os quais não deixam de delinear a oferta de leituras e utensílios ideológicos de uma época.

Isso tudo aprendi com o Professor Carone. Ele ainda me estimulou indiretamente a estudar e escrever artigos sobre a difusão de livros (fiz um acerca da difusão de *O Capital*, de Marx). A ele, enfim, eu poderia aplicar aquilo que também se disse do Professor Eduardo D'Oliveira França: ele tinha a docência como missão.

## **Docência na Universidade de São Paulo (2003)**

Eu mesmo nunca me imaginei concluindo minha formação acadêmica na condição de Docente na USP. Tratava-se para mim de algo inatingível. Sempre tive um misto de admiração e crítica diante da universidade. Ela me acolheu ainda adolescente, quando tinha apenas 17 anos. Aqui tenho passado os melhores anos de minha vida, mas sem perder um olhar crítico que é vital para o próprio desenvolvimento acadêmico. A leitura de Florestan Fernandes, bem como minha própria origem, levavam-me (como ele gostava de falar) a ranger os dentes à espera da hora do protesto social. Mas não há crítica sem estudo sério e paciente. Na esfera da ciência, guiado pela busca incessante da neutralidade axiológica, nosso objetivo não é persuadir, mas conhecer, como diria Bobbio. E apesar de minhas inclinações como cidadão, nunca sacrifiquei o conhecimento a qualquer causa partidária. Se a história pode ser usada para fins políticos, isso cabe aos políticos, não a nós historiadores. Não estamos, evidentemente, numa torre de marfim parnasiana, fazendo a arte pela arte, mas o desenvolvimento da própria disciplina se tornou para mim um valor em si. O Professor Fernando Novaes recorda que Albert Soboul costumava dizer que

não era um marxista historiador, mas acima de tudo um historiador que *também* era marxista.

Dotado dessa visão, considerei-me num estágio de maturidade intelectual suficiente para me candidatar à condição de Professor na USP. Não seria minha primeira atividade como professor na universidade. Entre os anos 2000 e 2002 eu ministrara várias aulas substituindo meu orientador. Dera aulas de História Contemporânea no Departamento de História, mas minha experiência mais importante tinha sido na Escola de Comunicações e Artes. Como meu orientador viajara para a Itália, eu tive que substituí-lo em boa parte da disciplina História das Idéias Políticas.

Ainda assim, aquela experiência nem de longe se compararia àquela outra desenvolvida por mim na condição de docente concursado, pois eu não era nem o responsável por aquelas disciplinas e nem o formulador dos programas. No início de 2003 o Departamento de História divulgou a realização de concurso para professor temporário em quatro disciplinas. O concurso veio em boa hora, pois eu estava finalizando o doutorado e não sabia mais o que fazer. Ele foi realizado no mês de fevereiro. Escolhi, devido a toda minha trajetória, concorrer à disciplina de História Econômica Geral e do Brasil para o Curso de Geografia.

A docência universitária também é muito diferente daquela experiência que eu tivera em primeiro e segundo graus. São atividades diversas que exigem habilidades diferentes. Na escola eu considerava que atuava na formação de cidadãos. Na Universidade eu formaria geógrafos e historiadores. Portanto, podia (e devia) formular cursos mais complexos e desenvolver outra atividade didática, muito mais propensa ao diálogo acadêmico e à discussão de textos e documentos em seminários e nas aulas expositivas.

Na USP eu já pude desenvolver um curso com um sólido apoio em bibliografia clássica. Como meus alunos só teriam um semestre de História, julguei mais conveniente que eles lessem os clássicos. Nas aulas eu indicava as leituras complementares mais atuais. E como estava entre futuros geógrafos, nossos livros foram os de Henri Pirenne, Fernand Braudel e Caio Prado Jr, principalmente. Discutimos a formação da economia-mundo mediterrânea, o colonialismo, a crise do século XVII e a Revolução Industrial. Como no final de meu doutorado eu havia sido aluno do Professor Milton Santos, eu incluí numa segunda etapa do curso o imperialismo e a globalização. Usei textos do professor Paul Singer e do próprio Milton Santos. Certamente, eu modificaria alguns pontos de meu curso se tivesse nova oportunidade de lecionar para os alunos de Geografia.

No segundo semestre tornei-me professor de História Contemporânea. Elaborei um programa amplo acerca da idéia de Revolução no século XX. O que estudei apenas no âmbito da História Ibérica, eu passei a desenvolver dentro de uma perspectiva européia da História Contemporânea. Desde o início contei com a sorte de ter bons alunos com sede de conhecimento. Eles perguntavam sobre minhas pesquisas, sobre Gramsci (que indiquei como leitura acerca do conceito de Revolução Passiva). Este conceito é uma verdadeira chave para entender a história de regiões como a América Latina ou o sul da Europa contemporâneos. Isso para não falar do próprio marxismo desvirtuado a partir do “socialismo num só país”. Os alunos indagavam acerca de meus estudos sobre a Revolução Portuguesa (que era tema de uma aula do curso) e isso me fez repensar a forma de exposição de minhas idéias sobre o tema, tanto na sala de aula quanto na reelaboração de minha tese de doutoramento, pois eu a estava modificando para posterior publicação.

Enfim, tive ainda mais sorte de ampliar meus conhecimentos e de ganhar mais vivência acadêmica, graças aos convites feitos para participar de bancas de mestrado e doutorado. Pela primeira vez, comecei a entender o que é de fato a avaliação e o julgamento de uma tese. Aprendi a identificar os seus limites, os erros mais comuns derivados da vontade de jovens pesquisadores sempre em contradição com o necessário rigor acadêmico.

De tudo o que recebi na Universidade Pública, guardo, sobretudo, este rigor que me serviu para moderar minhas ambições. Tornei-me historiador porque fui militante. Mas ao estudar o tema da crise revolucionária, das rupturas, compreendi também as continuidades e as *permanences*. E retornei também às representações geográficas de países e continentes que essas supostas rupturas reeditaram, como a idéia de Europa. Vi o quanto as “revoluções” de 1989 trouxeram à baila de novo expressões como Europa Central (em sentido positivo) e anatematizaram outras, como “Leste Europeu” (em sentido negativo). E fizeram mais: embaralharam o discurso político e a própria historiografia da Revolução Francesa e de todas as revoluções. T. G. Ash até cunhou a expressão *refolution*, para conceituar essas transformações que combinaram pressões sociais de baixo e reformas vindas de cima e que culminaram na mudança dos regimes do Leste Europeu. Ele pensa na Revolução de Veludo, por exemplo, e que Ralf Dahrendorf cotejou com a Revolução dos Cravos. Tudo parece em ebulição para nós historiadores.

A História não muda o passado. Só a percepção que temos dele. Ela parece decepcionante às vezes, incompleta, difícil e a verdade tão distante. Todavia, a História é muito mais rica e objetiva que as chamadas análises de conjuntura<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Refiro-me às análises feitas na grande imprensa ou nos partidos políticos e não aos estudos históricos. “Conjuntura”, neste caso específico, não tem o sentido braudeliano (período ligado ao tempo de média duração), mas sim o de análise de situação presente.



Elas envelhecem rápido. Seus formuladores dominam menos variáveis do que aquelas com as quais o historiador trabalha ao estudar o passado.

Se isso frustra o articulista engajado, conferindo-lhe um certo pessimismo, consola o historiador. Nesta fase de minha vida acadêmica, talvez eu tenha uma única certeza: a de que não me arrependo de minha escolha. Amei a História do princípio ao fim. Aprendi que ela é o melhor e mais seguro meio para me aproximar de uma compreensão mais ampla da nossa própria existência. Percebi, nos meus estudos literários e nas poucas leituras filosóficas, que embora todas as ciências humanas tenham como centro o estudo das mulheres e dos homens, do seu espaço e da sua vida, atitudes, comportamentos, produção econômica ou cultural, só a História pode combinar um pouco de todas elas, dar-lhes um sentido tanto na esfera da ciência propriamente dita, quanto na esfera da prática social. Porque o tempo inteiro as pessoas estão fazendo a história sem muita consciência dela.

Fernand Braudel sofria daquele ímpeto para o sul. Pelo Mediterrâneo, pela Itália, pela Península Ibérica. E sua vinculação profunda com o *possibilismo* de Vidal de La Blache obedecia a uma idéia de História. Àquela longa duração da qual as pessoas aparentemente não podem escapar. Por isso, sua História absolve-as. Creio que é mais ou menos assim que Braudel encerra seu belo

livro *L'Identité de la France*. Mas no fundo, no fundo, eu ainda penso em Gramsci: é preciso combinar o pessimismo da razão ao otimismo da vontade.